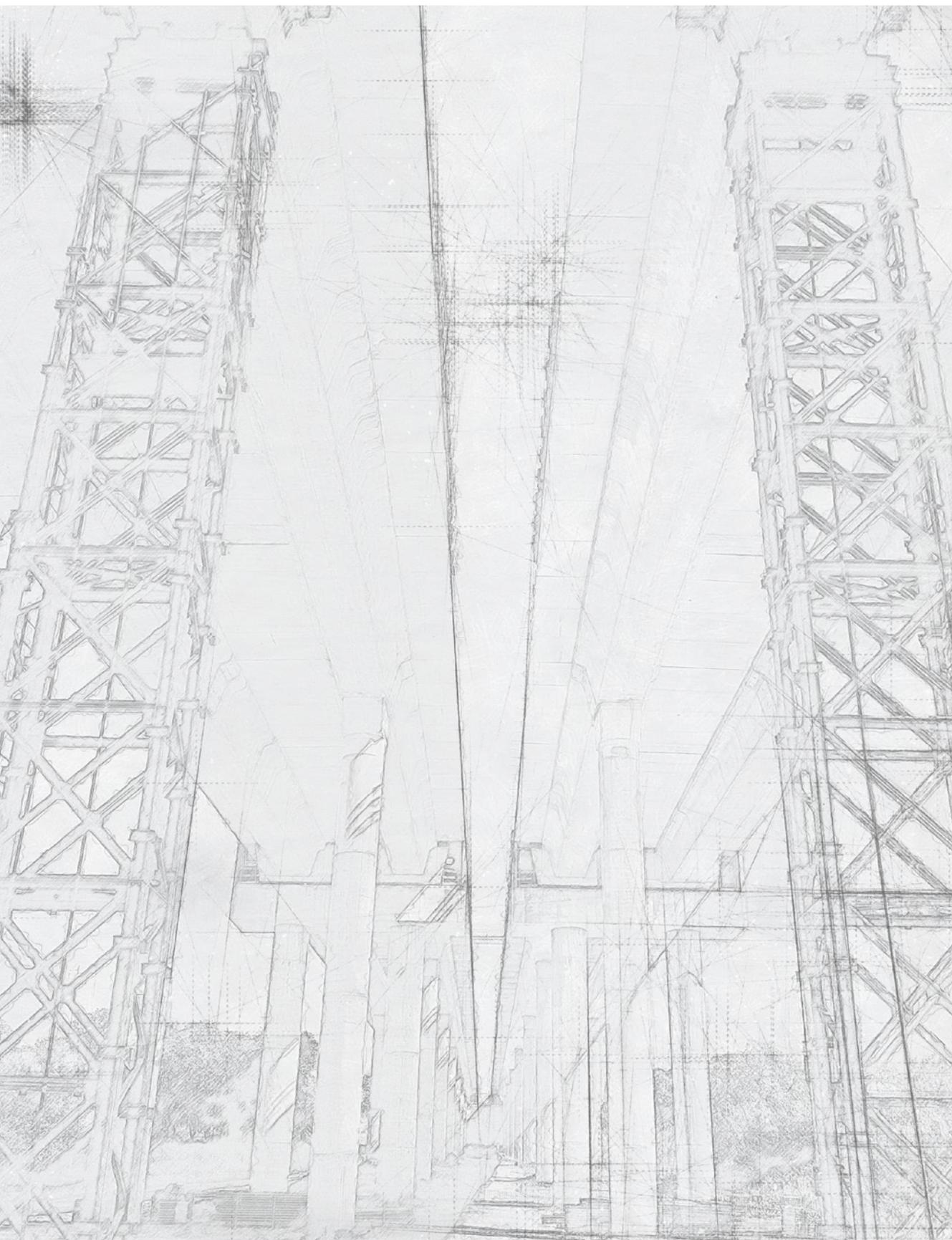


2017

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS
2017

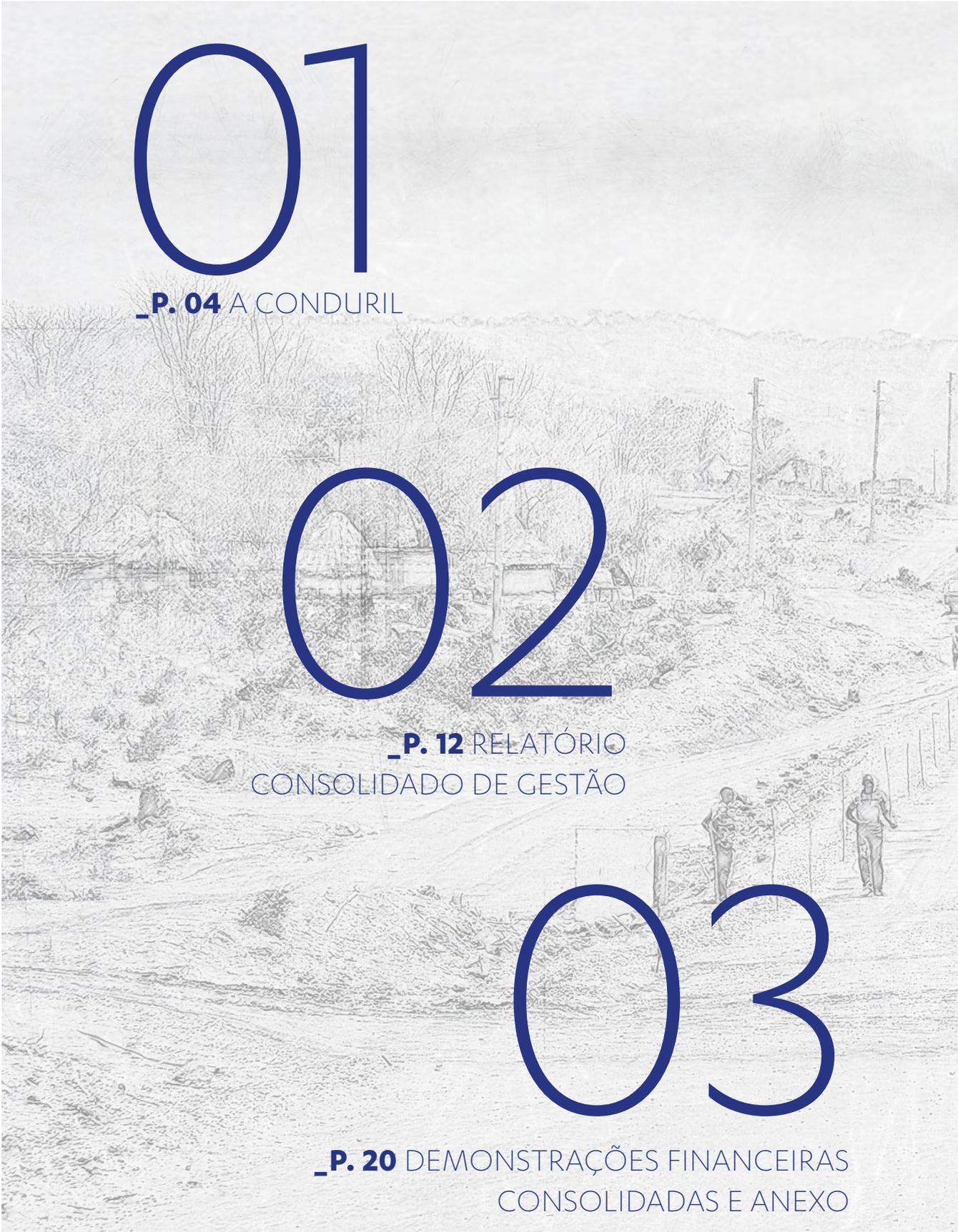




Portugal

_CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**



01

_P. 04 A CONDURIL

02

_P. 12 RELATÓRIO
CONSOLIDADO DE GESTÃO

03

_P. 20 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E ANEXO

_ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**

04

_P. 58 RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

05

_P. 62 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS
CONTAS CONSOLIDADAS



_A CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**



Portugal

NUMA ENVOLVENTE EM CONSTANTE MUDANÇA QUE SE CARACTERIZA PELA EXISTÊNCIA DE CADA VEZ MAIS E MAIORES DESAFIOS QUE SISTEMATICAMENTE COLOCAM À PROVA AS CAPACIDADES DAS EMPRESAS E A SUA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA, **AO LONGO DO ANO DE 2017, FOI APROFUNDADA E REFORÇADA A DIFUSÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DA CONDURIL,** ASSENTE NOS PRINCÍPIOS BASILARES DEFINIDOS NOS PRIMÓRDIOS DA SUA EXISTÊNCIA.

_NESTE SENTIDO, ASSINALAMOS OS SEGUINTES ACONTECIMENTOS, COMO OS MAIS MARCANTES DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO:

**TRANSFORMAÇÃO
EM 1976**
EM S.A.R.L.

**ADQUISIÇÃO
EM 1970**
PELOS ATUAIS ACIONISTAS
DE REFERÊNCIA

**FUNDAÇÃO
EM 1959**
COM A DENOMINAÇÃO
"CONDURIL - CONSTRUTORA
DURIENSE, LDA."

**ADMISSÃO À
NEGOCIAÇÃO
EM 1990**
NA BOLSA DE VALORES

**ALTERAÇÃO DA
DESIGNAÇÃO SOCIAL
EM 2011**
PARA "CONDURIL -
ENGENHARIA, S.A."



_APÓS 1970 FOMENTOU-SE A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DA CONDURIL, MATERIALIZADA NUMA COLETÂNEA DE OPÚSCULOS AMPLAMENTE DIFUNDIDA PELOS COLABORADORES, BASEADOS NOS FUNDAMENTOS PERMANENTES QUE TRADUZEM A SUA ATUAÇÃO E QUE SE ENCONTRAM RESUMIDOS NA SUA VISÃO, MISSÃO E NOS SEUS VALORES:

VISÃO

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil, quer no mercado nacional quer no estrangeiro;
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

MISSÃO

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

VALORES

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa, ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos. São estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

Desde então, centrando a sua atuação única e exclusivamente no setor da Engenharia Civil, a Conduril tem vindo a cimentar a relação com os seus principais *Stakeholders*, apostando no reforço da sua solidez financeira mas sem descorar a sua responsabilidade social, fundamentalmente alicerçada no bem-estar dos seus colaboradores, onde tem garantido por sua conta e risco todas as expensas relacionadas com o Fundo de Pensões Conduril (constituído em 1989), com o seguro de Saúde e também com a sua própria academia de formação – a Conduril Academy –, que atua nos mercados de Angola e Moçambique.

O foco na perenidade da sua existência, tem levado a Conduril a analisar escrupulosamente as oportunidades de negócio consideradas atrativas. No início da década de 90, iniciou-se a expansão da sua atividade a diversos países, cuja gestão se encontra centralizada sobretudo em dois domínios: ÁFRICA AUSTRAL (A.A.) e PORTUGAL mais resto do mundo exceto A.A.:

PORTUGAL E RESTO DO MUNDO

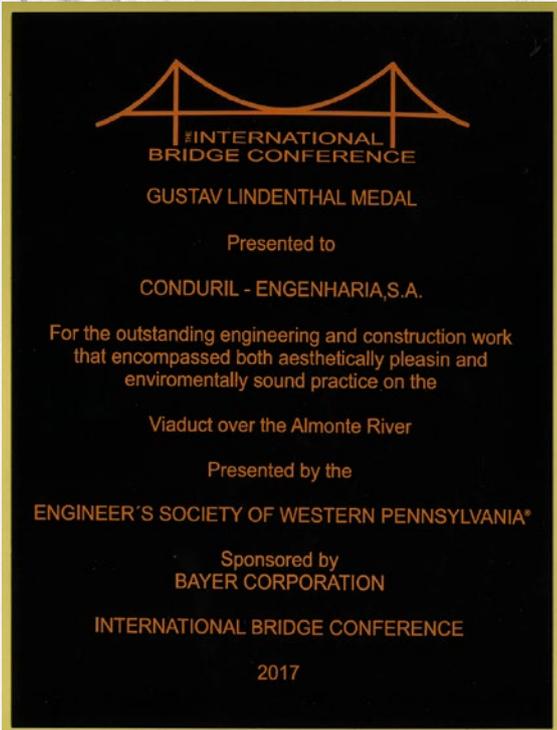
ÁFRICA AUSTRAL

PORTUGAL	> 1959	
	1990 <	ANGOLA
	1997 <	MOÇAMBIQUE
MARROCOS	> 2005	
	2008 <	BOTSWANA
ESPANHA	> 2010	
CABO VERDE	> 2011	
SENEGAL	> 2012	
	2012 <	MALAWI
	2013 <	ZÂMBIA
	2015 <	GABÃO

Por forma a robustecer e apoiar a ESTRATÉGIA GLOBAL da Conduril foi definida uma nova estrutura organizacional. Este novo modelo, alinhado com a visão estratégica definida, tem como pilares três grandes centros de decisão que em uníssono e apoiados pelas estruturas funcionais que os assistem serão o suporte fundamental na concretização dos objetivos definidos.



COM O ESFORÇO EMPENHADO NA SUA ESTRATÉGIA, A CONDURIL TEM ALCANÇADO AS METAS ESTABELECIDAS AO NÍVEL DE RETORNO, DA SATISFAÇÃO DE TODOS AQUELES QUE SÃO ENVOLVIDOS NO SEU CICLO PRODUTIVO E DO RECONHECIMENTO POR ENTIDADES INDEPENDENTES QUE FREQUENTEMENTE VÊM LEGITIMANDO O MÉRITO DO GRUPO COM **DISTINÇÕES AO NÍVEL DA SUA PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA, DA SATISFAÇÃO E ENVOLVÊNCIA DOS SEUS COLABORADORES E DA QUALIDADE E TÉCNICA DOS SERVIÇOS PRESTADOS**. EM PARTICULAR, EM 2017, DESTACAM-SE AS DUAS DISTINÇÕES QUE SE REPRODUZEM EM SEGUIDA:



Distinção atribuída pela Neves de Almeida | HR Consulting



_RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**

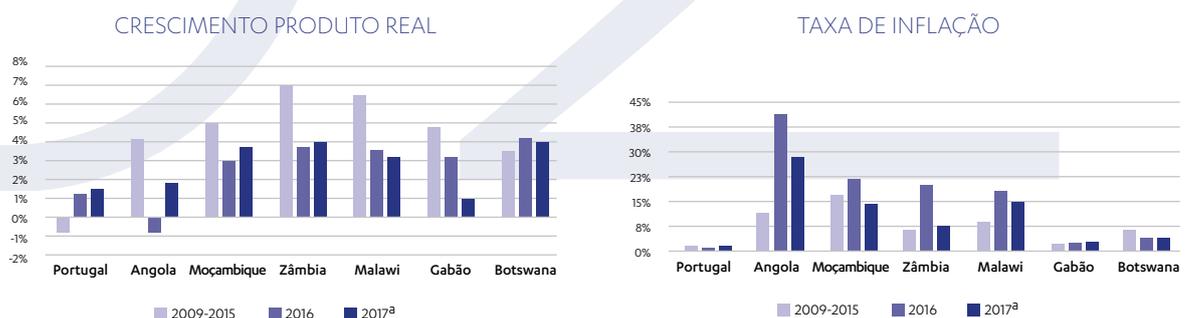


Angola

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, NOMEADAMENTE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO, AS CONTAS CONSOLIDADAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

1 O ano de 2017 determinou algumas surpresas ao nível da economia mundial com um crescimento que superou as perspetivas mais otimistas: a conjugação de algumas condições financeiras – os mercados de ações atingiram níveis recordes e o dólar teve um comportamento abaixo do esperado – com políticas governamentais mais favoráveis, potenciaram um fortalecimento do comércio internacional.

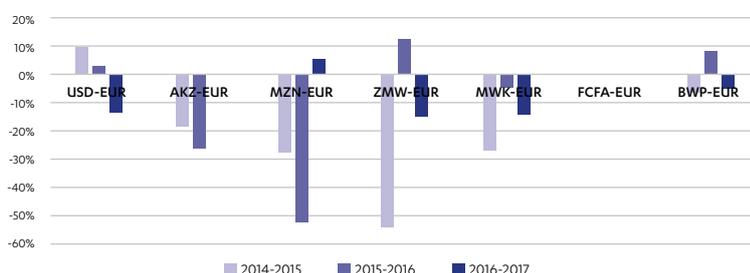
Este foi também um sentimento presente nas economias onde a Conduril desenvolve a sua atividade, nas quais se assistiu a uma melhoria dos principais indicadores económicos após o período mais recessivo sentido nos últimos anos, porém, e no que diz respeito às economias africanas – que se mantêm muito dependentes da volatilidade internacional das suas *commodities* – ainda muito aquém do período de expansão vivido anteriormente.



^a Valores previsionais

Fonte: ONU, Situação Económica Mundial e Perspetivas 2018

VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO



Em Portugal, o setor da engenharia civil acompanhou o comportamento da restante economia, com um crescimento de 6%, todavia, e no que diz respeito às obras públicas, mantém-se muito expressivo o desvio – 1.700 milhões de euros – entre as obras promovidas e as adjudicadas.

O ano de 2017, ficou também marcado pelo processo eleitoral vivido em Angola, o qual ocorreu sem incidentes, começando-se a fazer sentir as mudanças na condução das políticas económicas do país. Neste contexto, o novo regime de câmbios flutuantes a que o kwanza está sujeito desde o início de 2018 trará desafios acrescidos ao país.

Moçambique continua a atravessar uma das piores crises financeiras das últimas décadas em resultado do excesso de dívida externa assumida que levou à suspensão do financiamento internacional a partir de 2016. Também a crescente dívida pública na Zâmbia levou este país a iniciar um processo de conversações com o FMI, porém, o ano de 2017 ficou marcado pelo fracasso de um possível acordo de resgate.

Apesar do comportamento da economia mundial em 2017 permitir encarar com algum entusiasmo o ano de 2018, a imposição de crescentes restrições nas políticas comerciais e a intensificação das tensões geopolíticas latentes poderão provocar uma súbita degradação do cenário macroeconómico global.



Malawi

2_ Não descurando o mercado nacional, mas perante a sua exiguidade, a aposta noutros mercados geográficos mantém-se determinante na atuação da Conduril cujo contributo em 2017 para o volume de negócios ascende a cerca de 80%.

Em 2017, foram concluídas algumas obras de referência, entre as quais se destacam: as obras da Subconcessão do Baixo Alentejo, do Túnel de Águas Santas, da Subestação da REN em Porto Alto ou da reabilitação da Ponte do Arade, em Portugal; a obra da Cabinda Base, em Angola; a Estrada Nyimba/Sinda na Zâmbia e a obra do Viaduto de Almonte – TGV, em Espanha. Em reconhecimento pelos trabalhos executados nesta última obra, em 2017 fomos agraciados com a prestigiada Medalha Gustav Lindenthalm, na *Internacional Bridge Conference*, pela *Engineer's Society of Western Pennsylvania*, reproduzida anteriormente.

Com a conclusão dos trabalhos relativos à Subconcessão do Baixo Alentejo, o ano de 2018 será o primeiro ano de operação integral desta subconcessão.

A dinamização macroeconómica sentida em Portugal permitiu a angariação de diversas obras novas, designadamente a modernização do Troço Ferroviário Covilhã-Guarda da Linha da Beira Baixa e a

...EM RECONHECIMENTO PELOS TRABALHOS EXECUTADOS NESTA ÚLTIMA OBRA [VIADUTO DE ALMONTE - TGV, ESPANHA], EM 2017 FOMOS AGRACIADOS COM A PRESTIGIADA MEDALHA GUSTAV LINDENTHALM, NA INTERNACIONAL BRIDGE CONFERENCE...

reabilitação da Ponte Internacional do Guadiana. Por sua vez, na África Austral as obras em curso continuam a bom ritmo, salientando-se a obra de reabilitação do Porto Cais de Malongo – Angola para a Cabinda Gulf Oil Company e a adjudicação da construção da Estrada Condé–Ébo, obra custeada com recurso a financiamento externo, bem como a adjudicação de quatro estradas secundárias na zona de intervenção da Estrada Nyimba/Sinda – Zâmbia em resultado do bom trabalho realizado nesta última.

Perante as oportunidades e ameaças que a expansão geográfica pode acarretar, a Conduril mantém-se atenta a possíveis projetos em novos mercados, sustentando estas expectativas em análises criteriosas e abrangentes prévias a qualquer potencial proposta. É neste contexto que empreendemos o mercado da África do Sul e para o qual temos boas expectativas para o ano de 2018. Igualmente ao nível dos mercados da América Latina e América Central temos vindo a desenvolver um trabalho que contamos que nos trará frutos oportunamente.

3_ Mantém-se o reforço da estratégia de investimento seguida, a qual tem sido constante e transversal a diversas áreas com aposta na melhoria das infraestruturas, da capacidade produtiva e da qualificação dos seus recursos humanos.

Ao nível das infraestruturas é de referir a nova sede em Angola, uma obra imponente situada no coração de Luanda com uma área de construção total de 5.461 m² dividida por 15 níveis verticais, a qual se encontra em fase de acabamentos.

Por forma a impor uma dinâmica e flexibilidade operacional à unidade produtiva interna da metalomecânica, ao longo de 2017, procedeu-se à consolidação desta atividade que culminou com a sua autonomização numa empresa independente, a Edirio - Construções, S.A., à semelhança do processo já ocorrido em 2013 em Angola com a Urano, Lda. Assim, a Conduril engloba na sua esfera de atuação duas empresas especializadas na prestação de serviços de metalomecânica, uma em Portugal e outra em Angola.

A primazia dada às condições de produtividade e de rentabilidade tem-se traduzido num investimento relevante efetuado ao nível da qualificação e especialização dos seus colaboradores que se efetivou num volume de horas de formação de 22.350 no universo Conduril, em 2017. Neste âmbito, a Conduril Academy continua a ter um papel fundamental na renovação de competências e especialização técnica e tecnológica no ramo da construção civil e obras públicas sendo este o organismo da Conduril responsável, em Angola e Moçambique, por garantir a qualificação profissional e escolar de todos os seus trabalhadores, com a credenciação e o reconhecimento de competências profissionais integrando a alfabetização e aceleração escolar. Relativamente a estas últimas valências, e não existindo nenhuma subsídio governamental, a Conduril Academy trabalha em estreita e permanente colaboração com os Ministérios da Educação de Angola e de Moçambique, tendo em Angola, num universo de cerca de 1.000 colaboradores angolanos, conseguido baixar o nível de analfabetismo de 24%, em 2011, para 2%, em 2017.

... A PRIMAZIA DADA ÀS CONDIÇÕES DE PRODUTIVIDADE E DE RENTABILIDADE TEM-SE TRADUZIDO NUM INVESTIMENTO RELEVANTE EFETUADO AO NÍVEL DA QUALIFICAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS SEUS COLABORADORES...



Moçambique

4_ A Conduril voltou a demonstrar ao longo de 2017 que é possível superar dificuldades que persistem no setor mantendo-se fiel à sua conduta, isto é, pautando a sua atividade na área da engenharia civil com honestidade, solidez e confiança. Deste modo, foi possível a manutenção do valor do seu volume de negócios consolidado e ao mesmo tempo apresentar resultados positivos e uma melhoria dos principais indicadores financeiros consolidados conforme se evidencia em seguida:

INDICADORES	2015	2016	2017
Ativo líquido (€)	493.492.742	440.791.120	421.594.004
Passivo (€)	280.966.133	227.397.872	203.648.544
Capital próprio (€)	212.526.608	213.393.248	217.945.460
Dívida líquida (€)	24.565.712	-36.893.843	-31.269.629
Volume de negócios (€)	196.172.660	146.208.655	146.807.517
Variação volume de negócios		-25%	0%
EBITDA (€)	30.243.947	28.758.412	36.051.392
Resultado líquido do período (€)	6.155.387	4.244.015	7.016.463
Autonomia financeira	43%	48%	52%
Liquidez geral*	192%	214%	183%
Rácio de solvabilidade	76%	94%	107%
Rácio de endividamento	132%	107%	93%
Rentabilidade das vendas	3%	3%	5%
EBITDA/Volume de negócios	15%	20%	25%

* A redução dos indicadores de liquidez resulta de uma reclassificação meramente contabilística, sendo que, caso a mesma não ocorresse, estes indicadores apresentariam valores mais próximos dos verificados nos anos anteriores.

CÁLCULO DA DÍVIDA LÍQUIDA	2015	2016	2017
Financiamentos de médio e longo prazo	70.953.338	63.650.218	53.048.697
Financiamentos de curto prazo	85.816.177	67.733.012	63.697.234
Ativos financeiros detidos para negociação e outros investimentos financeiros	-101.782.737	-72.415.085	-57.415.659
Outros ativos financeiros	-5.000	-83.043.031	-83.043.031
Caixas e depósitos bancários	-30.416.066	-12.818.957	-7.556.870
Dívida líquida	24.565.712	-36.893.843	-31.269.629

Ao longo dos últimos 3 anos, a evolução apresentada evidencia uma clara preocupação com a redução dos níveis de endividamento e, em sentido contrário, uma melhoria da autonomia financeira. A este nível, é importante referir que os atrasos na concretização da convenção referida no relatório do ano anterior têm penalizado os resultados financeiros do grupo e consequentemente o resultado líquido do período, situação que ficará sanada com o respetivo recebimento, já confirmado, que ocorrerá até 21 de março de 2018.

A capacidade financeira do grupo apresenta assim valores estáveis, manifestamente superiores aos da média do setor, fundamentada pela preocupação constante na sua sustentabilidade no longo prazo, particularmente evidente no reforço permanente dos seus capitais próprios.

5_ Os procedimentos internos implementados pela Conduril em toda a sua estrutura continuam a ser uma aposta segura e um dos seus fatores de diferenciação, que ano após ano vêm sendo reconhecidos pelas entidades externas competentes, como são os casos:

- da revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade em Portugal, na delegação de Moçambique e na ENOP e transição com sucesso na sucursal de Angola, Métis e Urano, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;
- da revalidação das certificações no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal, sucursal de Angola, na Métis, e na Urano, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;
- da renovação da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal, tendo sido concretizada com sucesso a transição para a norma NP EN ISO 14001:2015, pela APCER;
- da renovação da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005;
- do acompanhamento e manutenção da certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas no Pólo Industrial de Portugal, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011; e,
- das avaliações de satisfação dos seus clientes que atribuíram uma avaliação média de 17 valores no mercado nacional e 18 valores no mercado da África Austral.



Angola

6_ Num setor particularmente vulnerável às oscilações das principais variáveis macroeconómicas, a cultura da Conduril consubstancia-se num conjunto de valores que se focam no sentido único de alcançar os objetivos estabelecidos e, sobretudo alicerçar a sua perenidade. Deste modo, o futuro não é encarado como um obstáculo, mas antes como um desafio, onde a sua atividade continuará a ser pautada:

- pelo robustecimento das relações estabelecidas com os seus clientes, materializada atualmente numa carteira de encomendas superior a 300 milhões de euros;
- pela análise exaustiva e ponderada de projetos que, dentro da estratégia definida, permitam alargar o leque de clientes e proporcionam a expansão geográfica a novos países;
- pela aposta na sua solvabilidade, muitas das vezes em detrimento do crescimento, mantendo os principais indicadores económicos e financeiros em níveis considerados sólidos e estáveis, apostando no reforço dos *cash-flows* subjacentes;
- não esquecendo a sua responsabilidade social, nomeadamente, ao nível dos seus colaboradores e das sociedades onde desenvolve a sua atividade, como confirma a atribuição do 1.º lugar (Grandes Empresas) no Índice da Excelência atribuído pela Neves de Almeida | HR Consulting em parceria com INDEG-ISCTE, Human Resources Portugal e Executive Digest.

7_ Outras informações anexas:

- a_** A Conduril detém sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.
- b_** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c_** O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.
- d_** As ações próprias detidas, que ascendem a 200.000, não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e_** Os valores mobiliários emitidos pela CONDURIL - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu, em bolsa, 200 no dia 09 de março, 200 no dia 14 de março e 100 ações no 06 de junho, pelos valores unitários de 36, 36 e 45 euros, respetivamente.



Portugal

8_ Ciente da importância da estabilidade financeira da Conduril, o Conselho de Administração, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, propõe no seu relatório e contas individual que o resultado líquido do período no valor de 7.006.696 euros apresente a seguinte aplicação:

- Dividendos: 2.700.000 euros, que correspondem a 1,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 4.306.396 euros.

9_ O Conselho de Administração, para concluir o seu relatório, manifesta o seu expresso agradecimento a todos aqueles que vêm colaborando com a Conduril ao longo da sua história.

Aos clientes, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras e Órgãos Sociais, o Conselho de Administração reitera a sua convicção de que o esforço conjunto é o melhor caminho para ultrapassar todas as adversidades.

Ermesinde, 26 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

António Luís Amorim Martins (*Chairman*)

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)

Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (CFO e vice-CEO)

Álvaro Duarte Neves Vaz

António Baraças Andrade Miragaia

António Emanuel Lemos Catarino

Carlos António Soares de Noronha Dias

Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães



_ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**



Angola

BALANÇO CONSOLIDADO

_ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2;3;7	57.451.897	57.613.603
Ativos intangíveis	2;3;6	5.280.167	5.320.229
Outros investimentos financeiros	3;9	90.025.701	34.570.757
Ativos por impostos diferidos	3;17	402.371	560.678
Subtotal		153.160.136	98.065.266
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	12.540.815	13.363.499
Clientes	3;18	111.535.932	100.879.480
Clientes c/ retenções de garantias	3;18	5.619.442	6.993.746
Estado e outros entes públicos	20	13.893.816	14.042.949
Acionistas		1.584.542	1.557.333
Outros créditos a receber	3;18;20	30.097.786	37.214.640
Diferimentos	3;20	616.920	397.134
Ativos financeiros detidos para negociação	18	1.944.715	72.415.085
Outros ativos financeiros	3;4;18	83.043.031	83.043.031
Caixa e depósitos bancários	3;4	7.556.870	12.818.957
Subtotal		268.433.868	342.725.854
TOTAL DO ATIVO		421.594.004	440.791.120
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.389.979	3.375.498
Outras reservas		196.409.585	193.072.782
Resultados transitados		5.119.622	5.134.231
Excedentes de revalorização		2.947.434	2.947.434
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(6.094.311)	(4.536.739)
Subtotal		210.822.309	209.043.205
Resultado líquido do período		7.006.709	4.236.818
Subtotal		217.829.017	213.280.023
Interesses que não controlam		123.028	113.225
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	217.952.045	213.393.249
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	2.764.370	2.413.016
Financiamentos obtidos	3;8;18	53.048.697	63.650.218
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.239.086	1.292.677
Subtotal		57.052.153	67.355.911
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	40.203.759	47.776.275
Adiantamentos de clientes	3	16.408.548	17.516.713
Estado e outros entes públicos	20	9.837.969	8.184.599
Acionistas		4.724.874	2.840.714
Financiamentos obtidos	3;8;18	63.697.234	67.733.012
Outras dívidas a pagar	3;20	9.900.202	7.729.594
Diferimentos	3;11;20	1.817.220	8.261.053
Subtotal		146.589.805	160.041.961
TOTAL DO PASSIVO		203.641.959	227.397.872
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		421.594.004	440.791.120

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

_EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3;12;20;22	146.807.517	146.208.655
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3	-	-
Variação nos inventários da produção	3;10	(162.470)	(12.945)
Trabalhos para a própria entidade	3	7.588.515	8.156.094
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(32.190.152)	(42.226.063)
Fornecimentos e serviços externos	20	(52.318.827)	(65.744.602)
Gastos com pessoal	3;19;20	(39.884.962)	(39.827.523)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(56.899)	375.245
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(1.125.720)	(138.589)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(351.354)	132.490
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3;18	-	3
Outros rendimentos	14;20	22.385.481	37.981.279
Outros gastos	2;14;20	(16.173.711)	(15.776.484)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.517.419	29.127.561
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(9.428.109)	(9.320.763)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.089.310	19.806.798
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(11.267.487)	(12.864.738)
Resultado antes de impostos		13.821.822	6.942.060
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(6.805.359)	(2.698.044)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7.016.463	4.244.015
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		7.006.709	4.236.818
Interesses que não controlam		9.754	7.197
Subtotal		7.016.463	4.244.015
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		3,90	2,36

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

_EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		162.006.521	158.442.599
Pagamentos a fornecedores		(104.106.784)	(118.342.385)
Pagamentos ao pessoal		(32.248.414)	(33.015.746)
Caixa gerada pelas operações		25.651.323	7.084.467
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.881.061)	4.115.892
Outros recebimentos/pagamentos		24.692	1.711.228
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		22.794.955	12.911.587
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(9.420.711)	(9.924.724)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(8.860)	(2.664)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		17.673	18.461
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		2.992.947	4.351.971
Dividendos		4.178.380	57.991
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(2.240.571)	(5.498.965)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		127.096.427	212.844.515
Outras operações de financiamento		8.913	8.478
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(140.614.858)	(222.834.974)
Financiamentos leasings		(1.145.802)	(1.848.200)
Juros e gastos similares		(9.992.560)	(11.585.716)
Dividendos		(900.000)	(900.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		(11.665)	(90.475)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		(25.559.546)	(24.406.371)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(5.005.162)	(16.993.749)
Efeito das diferenças de câmbio		(256.924)	(603.360)
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.818.957	30.416.066
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		4	7.556.870
			12.818.957

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁVEIS NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2017		10.000.000	(950.000)	3.375.498	193.072.782	51.34.231	2.947.434	(4.536.739)	4.236.818	213.280.023	113.225	213.393.249	
Aplicação do resultado do período				14.481	4.222.337				(4.236.818)				
Posição em 01 de janeiro de 2017 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.389.979	197.295.119	51.34.231	2.947.434	(4.536.739)	-	213.280.023	113.225	213.393.249	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								6.948		6.948	47	6.996	
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Aplicação do método da equivalência patrimonial													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					14.466	(14.609)		(1.564.521)		(1.564.663)	2	(1.564.662)	
					14.466	(14.609)		(1.557.572)		(1.557.715)	49	(1.557.666)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
Resultado integral									7.006.709	7.006.709	9.754	7.016.463	
									7.006.709	7.006.709	9.754	7.016.463	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital													
Subscrições de prémios de emissão													
Distribuições					(900.000)					(900.000)		(900.000)	
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações					(900.000)					(900.000)		(900.000)	
					(900.000)					(900.000)		(900.000)	
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2017	3	10.000.000	(950.000)	3.389.979	196.409.585	51.19.622	2.947.434	(6.094.311)	7.006.709	217.829.017	123.028	217.952.045	

A Administração,

António Luis Amorim Martins

Álvaro D. Neves Vaz

Carlos A. S. de Noronha Dias

O Contabilista Certificado,

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Ricardo N. A. Vaz Guimarães

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

Maria Luísa A. Martins Mendes

António E. Lemos Catarino

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1_ NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia, S.A. (“CONDURIL” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, e junto com as empresas participadas (“Grupo”), têm como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2_ REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho de 2015 (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015 (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior, com a exceção dos seguintes factos:

- Decorrente da entrada em liquidação, em 2016, das empresas subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane – Inertes, Lda. as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 refletem o impacto desta operação.

2.3. Impacto das alterações do normativo contabilístico:

O Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho contempla um conjunto de alterações ao normativo contabilístico com referência a 01 de janeiro de 2016. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam uma alteração no registo das responsabilidades relacionadas com benefícios de reforma. Assim, as referidas demonstrações financeiras contemplam no capital próprio o efeito da remensuração do passivo relativa a ganhos e perdas atuariais. O impacto (aumento) nos capitais próprios a 31 de dezembro de 2016 desta alteração é de 65.644 euros (em 01 de janeiro de 2016 o aumento ascendia a 541.672 euros).

3_ PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

a_ Princípios de consolidação

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i_ Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia - geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Entidades de Finalidades Especiais"), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii_ Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal, as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica "Outros rendimentos".

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii_ Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv_ Goodwill

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v_ Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

b_ Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c_ Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em

Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 – 25
Equipamento básico	3 – 16
Equipamento de transporte	3 – 8
Equipamento administrativo	3 – 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

d_ Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e_ Integração de sucursais

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

f_ Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o

montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g_ Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

h_ Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

i_ Instrumentos financeiros

i_ Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii_ Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii_ Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iv_ Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v_ Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi_ Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii_ Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii_ Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

j_ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k_ Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento,

de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

l_ Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

m_ Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

n_ Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

o_ Complementos de reforma

A CONDURIL – Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a CONDURIL – Engenharia, S. A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

p_ Rédito

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre

os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

q_ Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

r_ Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

s_ Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

t_ Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a_ Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b_ Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor à data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como gastos e rendimentos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2017		2016	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,83382	n/a	0,94868	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,08939	0,09123	0,09394	0,09231
Pulas Botswana	Euro	0,08480	0,08545	0,08910	0,08329
Metical Moçambicano	Euro	0,01420	0,01397	0,01333	0,01430
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,08341	0,09219	0,09585	0,08841
Kwacha Malawi	Euro	0,00115	0,00121	0,00132	0,00127
Kwanza Angolano	Euro	0,00529	0,00526	0,00529	0,00537
Rand Sul Africano	Euro	0,06702	0,06634	0,06976	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06734	0,06617	0,06973	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

a_ Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos cash flows futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada de cada empresa incluída na consolidação, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4_ FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	169.180	128.989
Depósitos à ordem	6.411.660	11.712.250
Depósitos a prazo	976.029	977.718
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.556.870	12.818.957

Em face do descrito na nota 18.4 realçamos o impacto positivo de 83.041.539 euros na rubrica de depósitos à ordem, após a disponibilização dos fundos que ocorrerá até ao dia 21 de março de 2018.

5_ PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

a_ Total de remunerações: 1.294.388 euros (2016: 1.302.507 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

a_ Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio – Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara – Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	20,11	21,85
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – Chairman			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) – CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

b_ Transações e saldos pendentes:

No decurso do presente período, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2017:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	811.892	-	-
	811.892	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.371	-	-
	33.805.719	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	49.707	55.946	-
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	1.847.360	1.515.393	-
	1.897.067	1.571.339	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	329.521	102.852
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	235.199	747.713
	564.720	850.565

Em 31 de dezembro de 2016:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / LOT 3 – Construção ACE	808.096	-	-
	808.096	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.332.371	-	-
	33.805.719	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.652.962	1.265.319	-
	1.652.962	1.265.319	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-	692.481
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. – Sucursal Angola	232.767	262.387
	232.767	954.868

6_ ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a_ As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

b_ Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c_ Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	31.12.2017		31.12.2016	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	97.873	86.085	97.873	77.401
Propriedade industrial	48.446	1.325	48.446	1.325
Direitos de superfície	5.801.425	580.447	5.801.425	549.069
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
TOTAL	5.949.750	669.583	5.949.750	629.522

d_ O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO – OUTROS	31.12.2017	31.12.2016
Programas de computador	8.683	8.232
Propriedade industrial	-	-
Direitos de superfície	31.378	31.465
Outros ativos intangíveis	-	-
TOTAL	40.061	39.697

e_ Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2017 e 2016 são os que se seguem:

	2017					
	GOODWILL	DIREITO DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2016	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
Adições	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2016	-	549.069	77.401	1.325	1.727	629.522
Adições	-	31.378	8.683	-	-	40.061
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	580.447	86.085	1.325	1.727	669.583
VALOR LÍQUIDO	-	5.220.979	11.788	47.121	279	5.280.167

	2016					
	GOODWILL	DIREITO DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2015	-	5.787.214	96.357	48.446	2.006	5.934.023
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-
Adições	-	13.964	1.515	-	-	15.479
Transf. e abates	-	247	-	-	-	248
Saldo em 31.12.2016	-	5.801.425	97.873	48.446	2.006	5.949.750
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2015	-	517.604	68.727	1.325	1.727	589.383
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-
Adições	-	31.465	8.232	-	-	39.697
Transf. e abates	-	-	442	-	-	442
Saldo em 31.12.2016	-	549.069	77.401	1.325	1.727	629.522
VALOR LÍQUIDO	-	5.252.356	20.472	47.121	280	5.320.228

7_ ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a_ Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b_ Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c_ Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 – 25	4% – 10%
Equipamento básico	3 – 16	6,25% – 33,33%
Equipamento de transporte	3 – 8	12,50% – 33,33%
Equipamento administrativo	3 – 12	8,33% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10	10% – 33,33%

d/e_ Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2017							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2016	3.020.930	28.674.759	94.139.612	24.228.290	2.090.692	1.223.325	10.559.099	163.936.707
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	1.082.123	1.185.355	45.428	35.863	7.591.747	9.940.515
Alienações	-	-	(1.934.806)	(704.954)	(3.118)	-	-	(2.642.878)
Outras variações	(12)	16.547	92.194	23.242	7.195	3.701	3.542	146.409
Transf. e abates	-	1.264.180	134.723	(51.514)	16.691	(7.584)	(1.746.806)	(390.310)
Saldo em 31.12.2017	3.020.918	29.955.486	93.513.846	24.680.419	2.156.888	1.255.305	16.407.582	170.990.444
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2016	-	17.793.889	66.853.100	19.422.884	1.699.517	553.714	-	106.323.104
Alteração % detida	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	1.106.221	6.608.985	1.373.289	90.096	209.457	-	9.388.048
Alienações	-	-	(1.545.484)	(694.826)	(2.207)	-	-	(2.242.517)
Outras variações	-	9.829	88.304	23.378	6.814	3.511	-	131.836
Transf. e abates	-	-	3.273	(65.901)	438	266	-	(61.924)
Saldo em 31.12.2017	-	18.909.939	72.008.178	20.058.824	1.794.658	766.948	-	113.538.547
VALOR LÍQUIDO	3.020.918	11.045.547	21.505.668	4.621.595	362.230	488.357	16.407.582	57.451.897

	2016							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2015	3.047.602	28.912.734	81.905.055	30.204.543	2.235.928	2.011.393	12.390.548	160.707.803
Alteração % detida	-	-	(2.205)	-	-	(860)	-	(3.065)
Adições	-	5.923	3.579.581	864.671	60.897	42.464	8.432.958	12.986.494
Alienações	-	(141.665)	(1.121.804)	(1.228.767)	(132.206)	(18.565)	-	(2.643.007)
Outras variações	(26.672)	(1.296.928)	(1.762.049)	(395.136)	(88.232)	(33.849)	(24.914)	(3.627.780)
Transf. e abates	-	1.194.695	11.541.034	(5.217.021)	14.305	(777.258)	(10.239.493)	(3.483.738)
Saldo em 31.12.2016	3.020.930	28.674.759	94.139.612	24.228.290	2.090.692	1.223.325	10.559.099	163.936.707
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2015	-	17.386.389	62.565.962	21.183.245	1.737.709	684.956	-	103.558.261
Alteração % detida	-	-	(2.205)	-	-	(860)	-	(3.065)
Adições	-	1.006.795	6.210.080	1.758.623	95.375	210.193	-	9.281.066
Alienações	-	(33.690)	(685.748)	(1.202.872)	(67.001)	(10.472)	-	(1.999.783)
Outras variações	-	(565.605)	(1.556.328)	(353.693)	(66.150)	(29.677)	-	(2.571.453)
Transf. e abates	-	-	321.339	(1.962.419)	(416)	(300.426)	-	(1.941.922)
Saldo em 31.12.2016	-	17.793.889	66.853.100	19.422.884	1.699.517	553.714	-	106.323.104
VALOR LÍQUIDO	3.020.930	10.880.870	27.286.512	4.805.406	391.175	669.611	10.559.099	57.613.603

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	-	2.812.511
Equipamento básico	7.591.747	5.405.252
Equipamento de transporte	-	199.702
Outros ativos fixos tangíveis	-	15.493
TOTAL	7.591.747	8.432.958

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Edifícios e outras construções	1.106.221	-	1.106.221
Equipamento básico	6.608.985	-	6.608.985
Equipamento de transporte	1.373.289	-	1.373.289
Equipamento administrativo	90.096	-	90.096
Outros ativos fixos tangíveis	209.457	-	209.457
TOTAL	9.388.048	-	9.388.048

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	18.909.939	17.793.889
Equipamento básico	72.008.177	66.853.100
Equipamento de transporte	20.058.824	19.422.884
Equipamento administrativo	1.794.658	1.699.517
Outros ativos fixos tangíveis	766.949	553.714
TOTAL	113.538.547	106.323.104

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	16.407.582	10.192.404
Equipamentos	-	166.993
Outros ativos	-	199.702
TOTAL	16.407.582	10.559.099

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2017	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.874.440	32.556.744	13.317.696
Angola	93.818.710	60.114.655	33.704.054
Moçambique	13.660.734	8.978.822	4.681.912
Marrocos	2.748.957	2.543.097	205.860
Botswana	89.614	76.064	13.549
Cabo Verde	51.348	49.705	1.642
Zâmbia	11.055.488	7.351.990	3.703.498
Malawi	1.798.614	781.631	1.016.983
Gabão	1.892.539	1.085.839	806.700
TOTAL	170.990.444	113.538.547	57.451.897

2016	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	46.399.663	32.644.517	13.755.147
Angola	86.843.133	56.548.159	30.294.974
Moçambique	13.292.923	8.158.406	5.134.517
Marrocos	2.748.957	2.382.435	366.522
Botswana	75.227	73.843	1.384
Cabo Verde	79.645	65.121	14.524
Zâmbia	10.832.366	5.420.754	5.411.612
Malawi	1.798.310	411.696	1.386.614
Gabão	1.866.482	618.173	1.248.309
TOTAL	163.936.707	106.323.104	57.613.603

8_ LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários:

a_ Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	31.12.2017	31.12.2016
Equipamento básico	820.886	658.710
Equipamento de transporte	745.358	370.855
TOTAL	1.566.244	1.029.565

b_ Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e o seu valor presente:

	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos mínimos até 1 ano	504.068	168.111
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	971.942	213.878
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	1.476.009	381.989
Pagamento de juros futuros	28.957	6.047
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	1.447.052	375.942

c_ Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Não mais de 1 ano	504.068	168.111	489.475	164.355
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	971.942	213.878	957.577	211.587
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	1.476.009	381.989	1.447.052	375.942

9_ INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1. Empreendimentos conjuntos

a_ Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer e Tecnovia

b_ Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril Construção – ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	Método proporcional
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE, Groupement Túnel de Nador, Construção ACE e Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE.

c_ Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.2. Empresas subsidiárias

a_ Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Consolidação integral
Edirio – Construções, S.A.	Consolidação integral
Métis Engenharia, Lda.	Consolidação integral
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Consolidação integral
Urano, Lda.	Consolidação integral
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	Consolidação integral

9.3. Detalhe da rubrica “Outros investimentos financeiros”

OUTRAS PARTICIPAÇÕES REGISTRADAS AO CUSTO	31.12.2017	31.12.2016
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	130.000	130.000
SPER, S.A.	149.500	149.500
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.001	5.000
Marestrada - Op.Man.Rod., S.A.	5.001	5.000
Norgarante	10.000	10.000
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	341.375
Lusitânia Seguros	76.815	76.815
SDMH - Soc. Desenvolvimento Mini-Hídricas	-	1.400
Outras	5.342	5.342
TOTAL	723.036	724.432

Relacionado com estas participações encontram-se registados na rubrica “Outros investimentos financeiros” os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
	2017	2016
UTE Alcántara-Garrovillas	-	-
SPER, S.A.	20.332.373	20.332.371
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.473.348	13.473.348
SDMH - Soc. Desenvolvimento Mini-hídricas	-	23.800
Outros - Títulos dívida pública	55.470.944	-
Outros – FCT	26.003	16.806
TOTAL	89.302.668	33.846.325

Em 31 de dezembro de 2017, na sequência das alterações previstas ao pagamento de títulos de dívida pública, estes títulos foram reclassificados para a rubrica de investimentos financeiros não correntes.

10_ INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2017	31.12.2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.548.342	13.130.157
Mercadorias	27.806	50.190
Produtos acabados e intermédios	682.774	534.172
Produtos e trabalhos em curso	129.696	439.883
	13.388.617	14.154.402
Perdas por imparidade	(847.802)	(790.903)
TOTAL	12.540.815	13.363.499

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Inventário inicial	50.190	13.642	12.339.254	11.616.466
Perdas por imparidade em existências	-	-	-	(1.550.463)
Compras	-	-	31.550.766	44.373.393
Reclassificação e regularização de inventários	(22.384)	36.548	672	125.920
Inventário final	(27.806)	(50.190)	(11.700.540)	(12.339.254)
Gasto do período	-	-	32.190.152	42.226.063

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Inventário inicial	534.172	596.576	439.883	439.883
Reclassificação e regularização de inventários	885	(49.459)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(682.774)	(534.172)	(129.696)	(439.883)
Varição de inventários na produção	(147.717)	12.945	310.187	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56.899	484.306
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	56.899	484.306

REVERSÃO DE IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	(859.552)
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	-	(859.552)
IMPACTO NO PERÍODO	56.899	(375.245)

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2016	790.903
Reforço	56.899
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
Perda por imparidade acumulada em 31.12.2017	847.802

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2015	1.372.753
Reforço	484.306
Reversão	(859.552)
Utilização	-
Variações cambiais	(206.605)
Perda por imparidade acumulada em 31.12.2016	790.903

11_ CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DO PERÍODO 2017	RÉDITO DO PERÍODO 2016
Contratos de construção	139.099.713	136.858.568
TOTAL	139.099.713	136.858.568

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2017	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	334.598.453	430.891.347	6.900.473	1.977.656
TOTAL	334.598.453	430.891.347	6.900.473	1.977.656

2016	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	344.121.893	412.141.845	6.652.309	3.135.537
TOTAL	344.121.893	412.141.845	6.652.309	3.135.537

12_ RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a_ Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

b_ Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

c_ Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

d_ Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2017	31.12.2016
Vendas de bens	2.562.597	5.305.003
Prestações de serviços	144.244.920	140.903.653
Juros	3.699.513	4.934.279
Dividendos	4.178.380	57.991
TOTAL	154.685.410	151.200.926

13_ PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a Clientes	2.210.264	405.164	-	-	(60.488)	2.554.941
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Outras provisões	36.102	15.372	-	-	(8.695)	42.779
TOTAL	2.413.015	420.537	-	-	(69.183)	2.764.370

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a Clientes	1.847.085	441.583	-	-	(78.404)	2.210.264
Processos judiciais em curso	166.650	-	-	-	-	166.650
Outras provisões	531.771	1.708	-	-	(497.377)	36.102
TOTAL	2.545.505	443.291	-	-	(575.781)	2.413.015

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso o Grupo está convicto que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 59.849.918 euros (em 31 de dezembro de 2016 o montante ascendia a 80.297.599 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

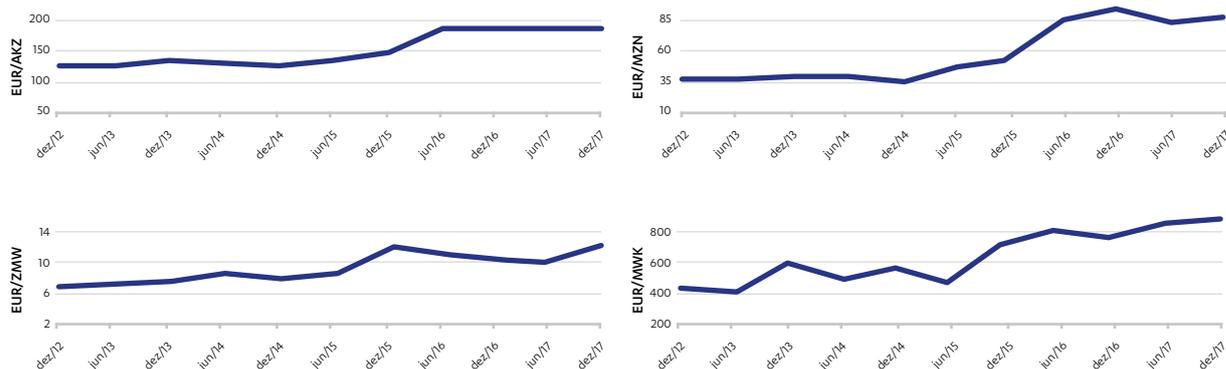
a_ Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

b_ Risco taxa de câmbio

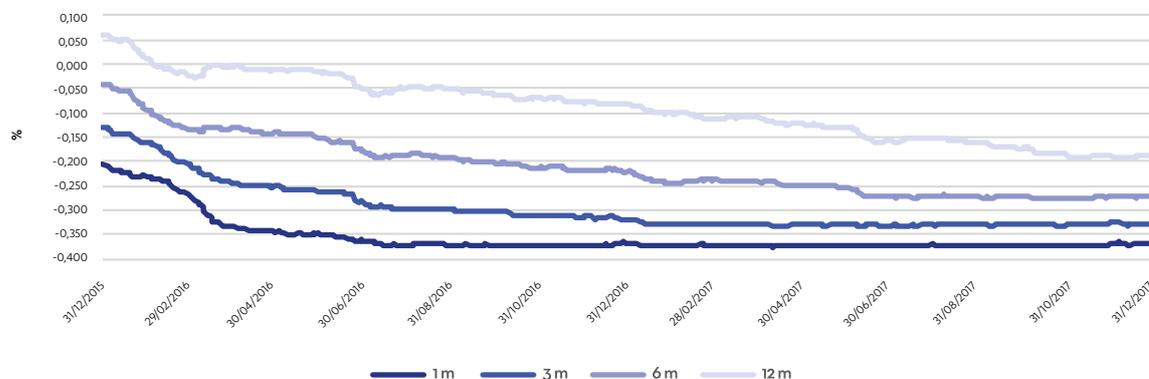
Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO

**c_ Risco taxa de juro**

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Em 2017 não foi efetuada nenhuma cobertura de taxa juro no entanto, dadas as perspetivas de evolução da taxa de juro para 2018, estamos a estudar a possibilidade de fazer uma cobertura de taxa juro para parte do nosso financiamento.

EVOLUÇÃO DA TAXA EURIBOR

**d_ Risco de crédito**

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i_ avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos;
- ii_ limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii_ monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv_ realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

e_ Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

14_ EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2017	31.12.2016
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	11.419.436	7.250.922
	11.419.436	7.250.922
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	11.911.511	31.193.681
	11.911.511	31.193.681

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2016	(7.548.228)
Reforços	7.613
Reduções	(62.384)
SALDO A 31.12.2017	(7.602.999)
	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2015	(2.406.420)
Reforços	432.526
Reduções	(5.574.334)
SALDO A 31.12.2016	(7.548.228)

15_ ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

15.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Encontrando-se a atividade da Conduril exposta ao risco da taxa de câmbio do kwanza, importa realçar que à data de aprovação das demonstrações financeiras a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) apresenta uma desvalorização de cerca de 40% face ao euro.

16_ MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2017, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 74.477 euros (em 2016 ascenderam a 52.370 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	74.477
TOTAL	74.477

17_ IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	6.702.244	2.929.140
	6.702.244	2.929.140
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	103.115	(231.096)
	103.115	(231.096)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	6.805.359	2.698.044

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram efetuados débitos/créditos diretamente ao capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de imposto	13.821.822	6.942.060
Gasto com impostos sobre o rendimento	6.805.359	2.698.044
Taxa efetiva de imposto	49,24%	38,87%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2016 e 2017)	4.472.401	2.226.378
AJUSTAMENTOS:		
Taxas diferenciadas de imposto	924.826	419.842
Gastos não aceites como custo fiscal	114.898	318.792
Provisões não aceites como gasto	81.904	160.020
Reversão de provisões não tributadas	(268)	(100.359)
Restituição de impostos	(30.633)	(1.107)
Outros rendimentos não tributados	(1.051.148)	(330.518)
Prejuízos fiscais gerados no período	3.117.596	201.493
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(411.762)	-
Dupla tributação internacional	(522.775)	-
Tributações autónomas	200.533	524.678
Derrama	-	-
Impostos diferidos decorrentes de exercícios anteriores	103.115	(231.096)
Outros	(193.328)	(490.080)
	2.332.958	471.666
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	6.805.359	2.698.044

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	44.097	-	18.698		62.795
Aplicação da percentagem de acabamento	2.020	-		(2.020)	-
Provisões não aceites	235.071	191	-		235.262
Prejuízos fiscais	236.714	(30.708)	-	(206.006)	-
Outros	42.776	(1.542)	103.713	(40.633)	104.314
TOTAL	560.678	(32.059)	122.411	(248.659)	402.371

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.057.889	-	-	(72.942)	984.947
Gastos não aceites	234.788	(30.458)	49.809	-	254.139
TOTAL	1.292.677	(30.458)	49.809	(72.942)	1.239.086

A 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	48.489	(1.231)	-	(3.161)	44.097
Aplicação da percentagem de acabamento	889	1.131	-	-	2.020
Provisões não aceites	-	220	465.321	(230.470)	235.071
Prejuízos fiscais	-	-	236.714	-	236.714
Outros	12.625	276	29.873	-	42.774
TOTAL	62.003	396	731.908	(233.631)	560.677

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.108.698	(7.829)	-	(42.980)	1.057.889
Gastos não aceites	374.752	18.700	-	(158.665)	234.788
TOTAL	1.483.450	10.871	-	(201.645)	1.292.677

18_ INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2017		31.12.2016	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	111.641.869	(105.937)	100.879.480	-
Clientes, c/garantias	5.619.442	-	6.993.746	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.811.643	(2.811.643)	2.875.746	(2.875.746)
TOTAL	120.072.954	(2.917.580)	110.748.973	(2.875.746)

18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os títulos da dívida pública do Estado Angolano de curto prazo (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso do cliente Instituto Nacional de Estradas de Angola.

18.4. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro 2017, esta rubrica enquadra-se na “Convenção à Exportação de Bem de Equipamento e Serviços de Origem Portuguesa, para a República de Angola” que beneficia de Garantia do Estado Português, montante que ficará disponível até ao dia 21 de março de 2018 de acordo com informação do banco financiador.

18.5. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2017	31.12.2016
Contas caucionadas	20.836.065	24.195.489
Empréstimos bancários	41.798.706	42.405.294
Papel comercial	34.341.669	48.303.869
Locações financeiras	1.447.052	375.942
Factoring	288.824	-
Descobertos bancários contratados	18.033.615	16.102.636
	116.745.931	131.383.230

18.6. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a_ Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos bancários	3.348.015	4.931.710
Outros	351.498	2.569
TOTAL	3.699.513	4.934.279

b_ Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	31.12.2016
Financiamentos	10.630.955	11.076.249
Locações financeiras	30.809	57.794
Outros	68.122	84.966
TOTAL	10.729.886	11.219.009

18.7. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	1.125.720	-
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	1.125.720	-

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	138.589	-
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	138.589	-

18.8. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2017, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.9. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2017, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19_ BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2017, existiam 108 funcionários (2016: 101 funcionários) a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2017, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos serviços correntes	267.113	256.028
Custo juros	345.055	323.221
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Retorno dos ativos	(327.224)	(328.737)
Outras variações	-	3.049
TOTAL	284.944	253.561

Em 31 de dezembro de 2017, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 2.438.455 euros (2016: 588.646 euros). Este montante encontra-se registado na rubrica “Credores por acréscimo de gastos”. As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de Capital próprio, “Ajustamentos / Outras variações de capital próprio”, no montante de 1.499.220 euros.

Pressupostos utilizados no estudo atuarial:

	31.12.2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Idade normal de reforma	65 anos
Número de pensões no ano	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	curva swap a 29/12/2017 acrescida de 2,25 p.p.
Taxa de crescimento dos salários	1,75%

20_ OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2017	31.12.2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	5.144	3.950
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.921.667	8.588.184
Outras tributações	4.195.775	4.044.574
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.771.230	1.406.241
TOTAL	13.893.816	14.042.949

PASSIVO	31.12.2017	31.12.2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	479.379	468.459
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.602.950	5.811.013
Contribuições para a Segurança Social	606.125	604.861
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.697.765	295.785
Outras tributações	451.750	1.004.481
TOTAL	9.837.969	8.184.599

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2017 e 2016 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Mercado interno	26.713.409	28.902.986
Mercado externo	120.094.108	117.305.669
TOTAL	146.807.517	146.208.655

20.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Subcontratos	21.989.482	24.347.372
Serviços especializados	7.232.822	14.684.569
Materiais	2.983.701	3.928.324
Energia e fluidos	6.560.005	6.718.693
Deslocações, estadas e transportes	3.708.575	4.118.134
Rendas e alugueres	4.822.192	6.208.451
Comunicação	492.063	517.691
Seguros	836.471	1.043.258
Royalties	19.574	20.241
Contencioso e notariado	36.915	106.048
Despesas de representação	107.097	152.753
Limpeza, higiene e conforto	364.224	323.066
Outros serviços	3.165.706	3.576.002
TOTAL	52.318.827	65.744.602

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações dos órgãos sociais	1.132.581	1.141.230
Remunerações do pessoal	30.494.825	30.776.311
Indemnizações	284.944	219.375
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	88.527	253.561
Encargos sobre remunerações	2.978.236	2.852.437
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	807.751	1.031.123
Gastos de ação social	2.299.793	2.537.981
Outros	1.798.305	1.015.505
TOTAL	39.884.962	39.827.523

20.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos suplementares	1.554.623	407.236
Descontos de pronto pagamento obtidos	14.295	26.198
Diferenças de câmbio favoráveis	11.911.511	31.193.681
Ganhos em inventários	7.567	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	352.958	760.250
Correções relativas a períodos anteriores	1.568	175.541
Juros obtidos	3.699.513	4.934.279
Dividendos obtidos	4.178.380	57.991
Outros	665.066	426.103
TOTAL	22.385.481	37.981.279

20.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	3.319.817	3.340.005
Descontos de pronto pagamento concedidos	818.807	10.469
Dívidas incobráveis	51.949	895.432
Diferenças de câmbio desfavoráveis	11.419.436	7.250.922
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	13.706
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	31.643	597.781
Correções relativas a períodos anteriores	56.013	391.688
Outros	476.046	3.276.481
TOTAL	16.173.711	15.776.484

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2017	31.12.2016
Juros suportados	10.661.764	11.134.043
Outros gastos e perdas de financiamento	605.723	1.730.696
TOTAL	11.267.487	12.864.738

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2017	31.12.2016
Gastos a reconhecer – seguros	244.376	354.470
Gastos a reconhecer – outros	4.018	295
Fundo de pensões – excedente (Nota 19)	-	-
Outros diferimentos	368.526	42.369
TOTAL	616.920	397.134

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	1.351.056	7.341.269
Fundo de pensões (Nota 19)	-	-
Faturação a reconhecer	466.164	919.784
TOTAL	1.817.220	8.261.053

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores saldos devedores	613.587	731.296
Pessoal	43.606	36.077
Fornecedores de investimentos	-	4.920
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	49.994
Devedores por acréscimos de rendimentos	14.287.242	22.551.402
Adiantamento a fornecedores	2.156.920	3.190.295
Devedores diversos	12.946.680	10.650.655
TOTAL	30.097.786	37.214.640

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes saldos credores	43.199	64.758
Pessoal	2.162.025	1.388.166
Fornecedores de investimentos	164.024	64.180
Credores por acréscimos de gastos – remunerações	2.872.313	2.666.505
Credores por acréscimos de gastos – outros	3.390.641	3.272.918
Credores diversos	1.268.000	273.066
TOTAL	9.900.202	7.729.594

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No relatório de gestão individual consta a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“Ciente da importância da estabilidade financeira da Conduril, o Conselho de Administração, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, propõe que o resultado líquido do período no valor de 7.006.696 euros apresente a seguinte aplicação:

- Dividendos: 2.700.000 euros, que correspondem a 1,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 4.306.696 euros.”

21_ DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto – lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

22_ DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2017	31.12.2016
Portugal	29.639.579	38.568.695
Angola	83.839.315	67.919.143
Moçambique	3.046.700	14.901.442
Marrocos	419.526	-
Senegal	-	1.483.473
Zâmbia	18.199.823	12.435.815
Malawi	4.697.626	5.194.827
Gabão	6.964.948	5.705.260
TOTAL	146.807.517	146.208.655

22.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2017, ascenderam a 28.750 euros.

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

O Contabilista Certificado,

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**



Portugal

CONSELHO FISCAL

_EXERCÍCIO DE 2017

_CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidados e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

_RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira consolidada da CONDURIL - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2017, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

_PARECER

1_ que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017,

2_ que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 12 de março de 2018

O Conselho Fiscal,

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente

Daniela Brás Vigário Silva

José Tiago Sapage Meireles de Amorim



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS **2017**



Portugal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 421.594.004 euros e um total de capital próprio de 217.952.045 euros, incluindo um resultado líquido de 7.006.709 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

_RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2018

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde – Portugal
T. +351 229 773 920
F. +351 229 748 668
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota – Luanda – Angola
T. +244 949 422 665
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng – Gaborone – Botswana
T. +267 319 02 53
F. +267 393 03 25
info@conduril.co.bw

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
Lusaka – Zambia
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka – Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Campe Site P.O. Box. 40
Liwonde – Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville – Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua Padre João Baptista de Valles,
n.º 31º, SU/NA
9500-791 Ponta Delgada
geral@conduril-acores.pt

MÉTIS

Parque Industrial de Viana – B.º - Capalanga
Município de Viana – Luanda – ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

URANO

Polo Industrial de Viana, Zona do Km 25
Município de Viana – Comuna do Zango –
Luanda – ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-metalomecanica.com

EDIRIO, CONSTRUÇÕES, S.A.

Lugar da Portel Alta, EN 105
Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 22
4825-087 Água Longa – Santo Tirso
T. +351 229 688 411
geral@edirio.pt